

MARIA DE LOURDES VIANA

**A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO
CONFISCO ÀS MULTAS TRIBUTÁRIAS**

BACHARELADO EM DIREITO

FIC/ MINAS GERAIS

2010

MARIA DE LOURDES VIANA

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO CONFISCO ÀS MULTAS TRIBUTÁRIAS

Monografia apresentada à Faculdade de Direito das Faculdades Integradas de Caratinga – FIC – como exigência parcial para obtenção de grau de Bacharel em Direito, sob orientação do professor Msc. Eder Marques de Azevedo.

FIC/CARATINGA

2010

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CR	-	Constituição da República
DOU	-	Diário Oficial da União
CTN	-	Código Tributário Nacional
STJ	-	Superior Tribunal de Justiça
STF	-	Supremo Tribunal Federal
TJMG	-	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

RESUMO

A arrecadação de tributos é necessária para que a máquina pública possa funcionar, pois é através da exação destes que é possível viabilizar condições para que possa colocar em prática diversos serviços públicos. Assim, os tributos englobam tipos de prestação as quais detém um caráter pecuniário e compulsório. Já as multas tributárias possuem natureza jurídica diversa dos tributos, visto que se revestem de caráter sancionatório, ou seja, o objetivo das multas tributárias é sancionar o contribuinte de modo a compeli-lo a cumprir a obrigação tributária imposta. A aplicação do princípio da vedação ao confisco aos tributos é mandamento constitucional esculpido em seu artigo 150, IV, e tem por objetivo principal a proteção do contribuinte contra abusos por parte do Poder Público. O presente estudo visa, pois, a analisar a possibilidade de se aplicar o princípio de vedação ao confisco no que pertine as multas tributárias.

Palavras chave: Tributos; multas tributárias; vedação ao confisco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS.....	11
CAPÍTULO I- TRIBUTOS E MULTAS TRIBUTÁRIAS.....	15
1.1 Tributos: conceito e espécies.....	15
1.1.1 Impostos.....	16
1.1.2 Taxas.....	17
1.1.3 Contribuição de melhoria.....	19
1.1.4 Contribuições especiais.....	20
1.1.5 Contribuições previdenciárias.....	21
1.1.6 Empréstimos compulsórios.....	21
1.2 Multas tributárias.....	22
CAPÍTULO II - PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS.....	25
2.1 Função social do tributo.....	25
2.2 Princípio da legalidade.....	27
2.3 Princípio da anterioridade.....	29
2.4 Princípio da irretroatividade.....	31
2.5 Princípio da igualdade tributária.....	32
2.6 Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade.....	33
2.7 Princípios da capacidade econômica ou contributiva.....	35
2.8 Princípio da vedação ao confisco.....	37
CAPÍTULO III - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO CONFISCO ÀS MULTAS TRIBUTÁRIAS.....	40

3.1 Argumentos favoráveis.....	40
3.2 Argumentos contrários.....	43
3.3 A posição dos tribunais quanto à aplicabilidade do princípio do não confisco às multas tributárias.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

Nome do arquivo: MARIA DE LOURDES VIANA
Diretório: C:\Documents and Settings\Cliente\Meus documentos
Modelo: C:\Documents and Settings\Cliente\Dados de aplicativos\Microsoft\Modelos\Normal.dotm
Título:
Assunto:
Autor: Cliente
Palavras-chave:
Comentários:
Data de criação: 25/1/2011 12:25:00
Número de alterações:2
Última gravação: 25/1/2011 13:27:00
Salvo por: Cliente
Tempo total de edição: 52 Minutos
Última impressão: 25/1/2011 13:27:00
Como a última impressão
Número de páginas: 6
Número de palavras: 716 (aprox.)
Número de caracteres: 3.867 (aprox.)